



Anais da Assembléia

N.º 129

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 120ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 1984.

(Quinta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Mário Pereira e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adnail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Ainélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Junior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu França, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (57). Em licença o Deputado Nilso Sguarezi. (01)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM N.º 238/84

Curitiba, 19 de novembro de 1984.

Senhor Presidente.

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera os orçamentos próprios das Fundações Universidade Estadual de Maringá e Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, nos valores de Cr\$ 976.900.000 (novecentos e setenta e seis milhões e novecentos mil cruzeiros) e Cr\$ 36.000.000 (trinta e seis milhões de cruzeiros), respectivamente.

Os recursos citados servirão para cobrir despesas com outros custeios e obras e instalações respectivamente, sendo oriundos de receitas próprias das entidades em conformidade com o § 1º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Na certeza de poder contar com os bons préstimos

dessa Egrégia Assembléia Legislativa, renovo protesto de estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 334/84

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Adicionais aos orçamentos próprios das Fundações Universidade Estadual de Maringá em Cr\$ 976.900.000 (novecentos e setenta e seis milhões e novecentos mil cruzeiros) e Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, no valor de Cr\$ 36.000.000. (trinta e seis milhões de cruzeiros), de destinados a gastos com outros custeios e obras respectivamente.

Art. 2º — Os recursos para cobertura dos Créditos de que trata o artigo 1º desta Lei serão provenientes da própria entidade em conformidade com o disposto no § 1º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei Complementar n.º 331/84, que acresce ao Art. 6º, da Lei Complementar n.º 21, a expressão “e adicionais”.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1984.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 281/84, que institui o “DIA DO APOSENTADO DO PARANÁ”.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1984.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja dado PREFERÊNCIA DE VOTAÇÃO ao Projeto de Resolução n.º 200/84.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, dispensa da Redação Final para o Projeto de Lei n.º 322/84, aprovado em 3ª discussão e que o mesmo não sofreu emendas na sua tramitação, que altera o orçamento da Assembléia Legislativa, até o limite de Cr\$ 705.000.000 (setecentos e cinco milhões de cruzeiros).

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1984.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS
e ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Senhora FLORENTINA NOGUEIRA DA SILVA, ocorrido nesta Capital em 25/11, próximo passado, sendo a saudosa, esposa de André Felisberto Diretor Social do CTG de Vinte de Setembro e Diretor da Vila Fani Futebol Clube.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1984,

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, de um VOTO DE CONGRATULAÇÃO para o Município de BOM SUCESSO, pelo transcurso do seu Trigésimo Aniversário, no dia 26 de novembro de 1984.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos Ilustríssimos Senhores: JOSÉ EDNO VANZELA, Digníssimo Prefeito Municipal, Senhora MAURA DIAS GONÇALVES, Mui Digna Presidente da Câmara Municipal de Bom Sucesso.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, votos de congratulações à COAMO - Cooperativa Agropecuária Mourãoense Limitada, pelos seus 14 anos de fundação, ocorrido ontem na Municipalidade de Campo Mourão, com consequente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Aroldo Galassini, Presidente daquela Cooperativa.

Há 14 anos atrás, 79 agricultores de Campo Mourão decidiram unir seus potenciais caracterizados pelo trabalho, e organizar uma instituição que tivesse como objetivos, a geração de benefícios relacionados às suas atividades do campo.

Naquela época, a política agrícola já apresentava aspectos profundamente negativos, ante a falta de apoio efetivo para o setor, cuja atuação do Governo Federal era apenas no sentido de desestimular os agricultores, com a falta de preços para os produtos mais justos, a falta de apoio na aquisição de sementes, maquinários, adubos e fertilizantes e armazenagem ou silos, por exemplo.

Então a única forma encontrada pelos proprietários rurais de Campo Mourão foi fundar uma Cooperativa que tivesse como questão central a soma dos esforços de cada um em benefícios de todos.

Com aqueles mesmos 79 agricultores surgiu a COAMO - Cooperativa Agropecuária Mourãoense

Limitada. Estes mesmos homens, mesmo possuindo uma visão voltada para o futuro, talvez jamais poderiam imaginar que a COAMO pudesse chegar ao estágio que se encontra nos dias de hoje, representando uma importância que vai muito além dos limites de Campo Mourão, pois atinge, como área de atuação, praticamente todo o Estado, e expressiva parte do Estado de Santa Catarina.

Atualmente, seu quadro associativo ultrapassa mais de 23 mil cooperados, distribuídos em 27 municípios. São estes homens que tem hoje o papel dos mais destacados, que é o crescimento ainda maior de uma Cooperativa, que apesar de seu pouco tempo de existência, conseguiu ao longo dos seus 14 anos, conquistar não somente o respeito, a admiração dos seus associados, assim como de toda a população onde atua, mas também um espaço dos mais destacados na economia brasileira.

O registro nos Anais desta Assembléia Legislativa se faz necessário, para que, os paranaenses em especial, saibam que somente a união e a firmeza de propósitos é capaz de superar todas as dificuldades, vencer todas etapas.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, voto de congratulações ao Município de Araruna pela comemoração, no dia de hoje, do se 29º aniversário de emancipação política e administrativa, com consequente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Osvaldo Valarini, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Antônio Pereira e ao Ilustríssimos Senhores Presidentes dos Diretórios Municipais dos Partidos Políticos existentes na cidade.

Nos idos do ano de 1984 chegaram os primeiros desbravadores de uma imensa mata onde a madeira aparecia em abundância. Foram os primeiros fundadores de Araruna, os Senhores João Antônio Rodrigues, Paulo Toledo, Joaquim Emídio de Faria, José Ribeiro, João Martins Tavares, Ernesto Martins Tavares, José Maria de Faria e Sebastião Inácio de Faria.

Estas mesmas pessoas, juntamente com suas respectivas famílias estabeleceram no alto de uma colina por volta também de 1948, deslumbrados com o alto teor fértil do solo da região, iniciaram o plantio das culturas do algodão, arroz e café.

Com os excelentes resultados conseguidos das atividades agrícolas por tais pessoas, muitos outros homens foram também lá chegando, e estabelecendo-se.

Gradativamente naquela localidade iam sendo edificadas as primeiras moradias e, consequentemente as primeiras casas comerciais. Foi também neste período que o Senhor Sady Silva então funcionário do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná foi o autor responsável pela denominação do povoado: Araruna, em homenagem a um pássaro que na época existia na região. (isto em 1951).

Cada vez mais o desenvolvimento se fez

presente. O processo desenvolvimentista verificado foi o fator que permitiu, de forma decisiva, que, no ano de 1952, Araruna foi-se elevada à categoria de Distrito Administrativo.

Mas a etapa que mais marcou o desenvolvimento inicial de Araruna se deu em 26 de novembro, 1954. De acordo com a Lei de n.º 253, graças especialmente da labuta do seu povo tornou-se emancipada política e administrativamente. Já no ano subsequente, de 1955 aconteceu a sua instalação. Na mesma oportunidade, fora empossado o Excelentíssimo Senhor Darvino Batista Gruranês, como primeiro Prefeito Municipal.

Dai por diante, Araruna se caracterizando como uma cidade dotada de toda uma infra-estrutura à altura do seu porte.

Como desde na ocasião de sua fundação, nos dias de hoje o Município de Araruna apresenta a sua base de sustentação sócio-econômica às atividades agrícolas e pecuárias, onde destacam-se a criação de diversas raças de animais (utilizados tanto para corte como para a formação de vacia leiteira) e à existência de inúmeras áreas rurais onde são plantadas vários cultivos, como a soja, o trigo, a mandioca, o arroz, algodão e café. Isto tudo numa área total pertencente àquele município 492,209 Km².

Não poderia, através deste presente Requerimento, manifestar a importância da cidade de Araruna para a economia de um modo geral, e, notadamente na região da qual pertence a (COMCAM), cujo o seu povo (que de acordo com o Censo de 80 é de 4.530 residentes no perímetro urbano e na zona rural, 9.691, totalizando 14.221) tem, sem dúvida alguma, herdado do dos seus primeiros moradores a mesma força de vontade e o mesmo espírito empreendedor.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, votos de congratulações à Nova Cantu pela comemoração, no dia de hoje, dos seus vinte anos de emancipação política e administrativa, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Walmick Pereira, Prefeito Municipal, ao Excelentíssimo Senhor Rui Pereira, Presidente da Câmara Municipal e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes das agremiações partidárias existentes na cidade.

No final da década de 50 para o início da década de 60, um grupo de pessoas chegava para desbravar uma região até então totalmente desabitada por seres humanos.

Iniciaram onde atualmente se encontra a cidade de Nova Cantu, a derrubada da mata, extraindo-lhe a madeira para beneficiamento, que era destinada especialmente para a construção de casas para moradia ou para o comércio que aos poucos se formava. No lugar onde, depois de derrubada as árvores, era feito, após o devido preparo do solo, o plantio de alguns cultivos, destacando-se, no entanto, já naquela época, as culturas do feijão e do milho.

Foram períodos que apresentaram um desenvolvimento

bastante rápido, que crescia na medida que chegavam mais famílias, também atraídas pelas riquezas da imensa região.

No dia 6 de janeiro, do ano de 1961, Nova Cantu, de acordo com a Lei de número 4.311, foi elevada à condição de Distrito Administrativo, pertencente à Municipalidade de Roncador. Em face de tal condição, como Distrito, alguns fatores melhoraram já que Roncador prestava alguma assistência, pois a Prefeitura daquela cidade carregava alguns recursos.

Mas a população, através de suas mais expressivas lideranças políticas, religiosas e da comunidade de um modo geral, queriam que fosse estabelecido a independência para Nova Cantu, dando-lhe verdadeira autonomia. Isto de fato aconteceu no dia 29 de novembro de 1963, quando, de acordo com a Lei de número 4788, foi criado o Município de Nova Cantu, representando, naquela data, o marco mais importante da história daquela cidade. Já no ano seguinte, 1964, foi instalado o móvel municipal, tendo sido empossado, na qualidade de Prefeito, o Excelentíssimo Senhor Lindolfo Ferreira Ávila, que se elegeu com amplo respaldo eleitoral.

Nos dias de hoje, Nova Cantu apresenta um desenvolvimento que, sem dúvida alguma, serve de exemplo para o restante do Estado do Paraná, onde as dificuldades tem sido superadas graças ao dinamismo de sua gente que não se intimida ante a momentos difíceis.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, voto, de congratulações à Mariluz, pela comemoração, no dia de hoje, dos seus 21 anos de emancipação política e administrativa, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Joaquim Lopes Gutierrez, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Francisco Inácio Leite e ao Ilustríssimos Senhores Presidentes das agremiações partidárias existentes na cidade.

No dia 29 de novembro do ano de 1963, era criado, de acordo com a Lei n.º 4788, o Município de Mariluz que se desmembrava de Goioerê. Sua instalação se deu no ano seguinte, 1964, no dia 14 de dezembro, tendo sido eleito, como Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Senhor Ramiro Rojo Souto.

Tal período foi, sem dúvida alguma, o maior marco que atestou o desenvolvimento de Mariluz e a capacidade do seu povo em gerir, com autonomia de autodeterminação, seus próprios destinos.

Atualmente, Mariluz conta com uma população total de 13.450, sendo que 7.697 residem na área urbana, e o restante, 5.753 moram na zona rural (de acordo com dados fornecidos pelo Censo realizado em 1980).

As atividades que dão sustentação sócio-econômica ao Município de Mariluz, são a agricultura e a pecuária, distribuída num grande número de propriedades

rurais numa área pouco superior a 391,530 Km², que corresponde seu limites territoriais.

Ao completar 21 anos de sua emancipação, não poderia deixar de solicitar o devido registro neste Poder Legislativo, voto de congratulações à Mariluz, cuja importância para o Estado do Paraná e notadamente para a Microrregião 12, é fora de qualquer dúvida, indiscutível, só possível graças ao trabalho e o espírito de luta de sua população.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER medidas urgentes do Secretário de Segurança Pública e do Governador do Estado do Paraná.

Senhor Presidente.

Os Deputados e Lideranças políticas abaixo assinadas, vêm a público denunciar os atos de perseguição político-ideológica e ameaças perpetradas contra os militantes do PMDB de Campo Mourão, Fábio de Caldas Mesquita (médico diretor do Departamento de Saúde Municipal), Agnes Mesquita, médico municipal, Carlos Hamilton Cabral (Diretor de Recursos Humanos e Administração Municipal), Miriam Gampieri (assistente social da Prefeitura) e Maria Elza Marcos (do Departamento de Educação Municipal), pelos setores de direita daquela cidade.

É de conhecimento público que os peemedebistas acima citados vêm de longa data sendo alvos naquela cidade dos mais diversos atos e perseguições políticas. As ameaças têm-se dado através de cartas, telefonemas, pessoalmente, através de tiros nas residências, pela imprensa escrita e falada mourãoense.

Tais ações tiveram inicialmente o objetivo de desestabilização do governo municipal, que apesar de todas as pressões no sentido da demissão sumária dos mesmos, sob a acusação de professarem "ideologias estranhas", ou seja: eram acusados de comunistas, os manteve nos cargos e funções.

Dadas a público estas informações desde o primeiro semestre deste ano, nenhuma atitude de garantia da segurança dos mesmos foi tomada. O apoio deu-se sempre através das organizações democráticas e populares daquela cidade e do Estado.

Há três semanas, novas ameaças de morte lançadas através de cartas.

Hoje, em 29 de novembro de 1984, tais ameaças vêm assinadas pelo Esquadrão de Caça aos Comunistas - PF, com os seguintes dizeres: "Vocês brincaram com fogo e assinaram a sentença de morte". "Após 72 horas do recebimento desta, conte os segundos de vida que te sobra. Polícia não ressuscita do fundo".

Diante de tais fatos, que refletem o desespero dos setores minoritários da sociedade que se vêm derrotados diante da inevitável derrota de suas posições no processo sucessório que se desenvolve;

Diante do perigo de consumação das ameaças e do perigo de vida que correm os companheiros acima citados;

Diante da necessidade de manter a tranquilidade pública neste importante momento em que vive a Nação brasileira, e em defesa dos princípios democráticos

e da liberdade de opinião, manifestação e organização de todos aqueles que lutam pela democracia, denunciamos tais fatos, e exigimos:

- 1) - Que se garanta a vida dos ameaçados
- 2) - Que se tome medidas legais cabíveis à apuração dos fatos
- 3) - Que es extermine com organizações de direita que tudo fazem para impedir o processo de redemocratização do País.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1984.

(aa) SÉRGIO SPADA,
IRONDI PUGLIESI,
FIORI LUIZ,
ADHAIL SPRENGER PASSOS,
RUBENS BUENO e
DEMAIS ASSINATURAS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado aos, Excelentíssimos Senhores Álvaro Dias, Afonso Camargo e Enéas Farias - Senadores; Walber Guimarães e Renato Bernardi - Deputados Federais, solicitando apoio para a criação da aposentadoria do Vereador, em semelhança aos dos Deputados Estaduais.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em atenção ao requerido pelo nobre edil Valdemir Pereira, estamos hipotecando total apoio à solicitação da criação da aposentadoria do Vereador.

A aposentadoria para o Vereador viria dignificar o seu trabalho, pois os Deputados Estaduais aposentam-se percebendo a totalidade de sua remuneração, pela Assembléia Legislativa, com seis mandatos exercidos.

Caso isso não ocorra, ou seja, não legislem cinco mandatos, o tempo é contado para aposentar-se, sendo muito importante para a vida de um legislador. Sendo, portanto, justo que o Vereador também seja beneficiado, pois, é um batalhador junto ao povo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Richa, Governador do Estado e Excelentíssima Senhora Professora Gilda Poli da Rocha Loures, Secretária de Estado da Educação, para que sejam efetuados estudos no sentido de viabilizar a implantação de uma Escola Supletiva de 1.º e 2.º Graus, para o Município de Paissandu.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em atenção ao requerido pelo Vereador Valdemir Pereira, de Paissandu, estamos hipotecando total apoio à instalação de uma Escola Estadual Supletiva de 1.º e 2.º Graus para o Município de Paissandu.

Há na cidade grande número de pessoas

que não puderam frequentar os bancos escolares, em tempo hábil, pela necessidade premente de trabalhar. Pois, a maioria dessas crianças, ajudam os pais no trabalho rural como bóia-fria, devido a baixa renda familiar, muito comum na região.

Hoje, podemos sentir visivelmente esse lamentável problema. Adultos analfabetos, sem oportunidade de conseguir trabalho melhor e crianças, que não procuram alfabetização em consequência de se ver obrigada a auxiliar na economia doméstica. Pois, passa a ser questão de sobrevivência, apenas o trabalho, deixando de lado os estudos.

Todavia, com a instalação de uma Escola, neste sentido, viria solucionar, paliativamente, o problema, para que a população que anseia, um pouco mais, instrução escolar, no afã de conseguir trabalho melhor, possa conseguí-la.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado José Richa, encarecendo a liberação de verbas para o pagamento do 13.^o salário à classe do funcionalismo público da Municipalidade de Juranda.

É sabido que as administrações municipais de praticamente todo o País não têm conseguido viabilizar a execução de projetos voltados para o bem-estar de sua população, exatamente pela falta de uma legislação tributária que lhes assegure, acima de tudo sua própria autonomia.

Em Juranda, município criado há pouco mais de dois anos, a situação não é em nada diferente. Pois, conforme o seu Prefeito Municipal, Excelentíssimo Senhor Diemes Amadei, este informa que só para pagamento de salários ao funcionalismo público daquela Administração são destinadas parcelas significativas de recursos, como agora, em face do 13.^o salário.

Neste sentido, é imprescindível que essa Governadoria libere, o mais breve possível, verbas que possam servir o suficiente para garantir o cumprimento dos citados compromissos trabalhistas.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, no sentido da liberação de recursos orçamentários que serão aplicados no pagamento do 13.^o salário aos servidores públicos da Municipalidade de Iretama.

Em face do término do ano que se aproxima, a Prefeitura Municipal de Iretama se vê diante de um problema extremamente delicado, que é o cumprimento das obrigações trabalhistas que dizem respeito ao pagamento, aos servidores municipais, do 13.^o salário.

Aquela Administração Municipal, ante a

escassez de dinheiro em seus cofres, necessita que essa Governadoria autorize a liberação de recursos orçamentários que sejam capazes de assegurar o cumprimento de tais compromissos em relação àquela classe funcional.

Diante da exposição de motivos, é de se esperar o encaminhamento de medidas que venham absolutamente de encontro ao que ora é postulado.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, encarecendo a liberação de verbas destinadas ao pagamento do funcionalismo público da Municipalidade de Goioerê.

O presente requerimento se faz necessário tendo em vista o final do ano que se aproxima, e com isto, a Prefeitura Municipal de Goioerê tem de cumprir as obrigações salariais junto ao funcionalismo público municipal.

Neste sentido, ante a insuficiência de recursos nos cofres municipais goioerense, torna-se indispensável o apoio do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, autorizando a liberação de recursos para a citada finalidade.

Ademais, aquela Administração, chefiada pelo Excelentíssimo Senhor Vicente Massahiro Okamoto, desde o início de sua gestão, imprimiu um ritmo de contenção de despesas, incluindo nesta postura, a própria dispensa de funcionários ociosos.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, encarecendo a destinação de verbas para a colocação de alambrado no Estádio existente no Distrito Administrativo de Corumbataí do Sul, pertencente à Municipalidade de Barbosa Ferraz.

De iniciativa do Ilustríssimo Senhor Jair Cândido de Almeida, antigo morador de Corumbataí do Sul, o apoio dessa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte no que tange a destinação de recursos, torna-se indispensável, para a colocação de alambrado cercando o gramado do Estádio existente naquela coletividade.

Pois somente com a implantação de alambrado será possível garantir que tanto os jogadores quanto o próprio público possam ter mais segurança nos eventos que se realizam frequentemente naquela praça esportiva.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, no intuito da destinação de recursos de ordem financeira para o pagamento dos serviços públicos da Municipalidade de Janiópolis.

A Administração Municipal, conforme relata o seu o seu Prefeito Excelentíssimo Senhor Neurides Valber Brero, consome parcela significativa dos seus recursos nos compromissos com o setor funcional daquela Prefeitura, comprometendo sobremaneira a execução de diversas obras de reconhecida importância exatamente pela falta de uma dotação orçamentária à altura das reais necessidades de Janiópolis.

No atual momento e tendo em vista o final do ano que se aproxima, a Prefeitura Municipal de Janiópolis tem que cumprir com as determinações trabalhistas que dizem respeito ao pagamento do décimo terceiro salário aos servidores municipais.

Mas, para que isto efetivamente aconteça, torna-se indispensável a participação do Excelentíssimo Senhor Governador garantindo a liberação de verbas que possam fazer frente a tais compromissos.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, objetivando a liberação de verbas orçamentárias para o pagamento do 13.º salário ao funcionalismo público da Municipalidade de Mariluz.

No dia de hoje, ao completar 21 anos de sua emancipação política e administrativa, Mariluz não traz no bojo desta data, praticamente nenhuma comemoração oficial organizada pela Prefeitura, ante a falta de recursos, fruto de uma crise econômica que atravessa o País, trazendo como uma de suas inúmeras consequências, os cofres vazios das administrações municipais.

A contenção de despesas é uma questão de ao menos amenizar um pouco desta triste e repugnante situação, caso que também se verifica em Mariluz.

A dotação orçamentária de Mariluz está muito longe de condicionar a execução de uma postura administrativa que assegure o encaminhamento de medidas que venham de encontros com as verdadeiras necessidades dos seus munícipes.

Portanto, a participação do Governo Estadual é indispensável, especialmente no atual momento em que o ano está por findar e com isto existe os compromissos relacionados com o pagamento do décimo terceiro salário.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no

uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam transcritos nos Anais deste Poder, os anexos documentos, referentes a pronunciamentos do nobre Deputado Federal Renato Loures Bueno, sobre a contaminação dos alimentos por agrotóxicos.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1984.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Apoio: Tadeu Lúcio Machado, Acir Mezzadri e Mário Pereira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, em sua íntegra, o Parecer n.º 450/J do Subprocurador Geral da República, Doutor Inocêncio Mártires Coelho, referente ao processo administrativo que envolve o Deputado Federal Otávio Cesário Pereira Júnior.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1984.

(a) AIRTON CORDEIRO

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Está finda a leitura do expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ferrari Júnior, inscrito.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ainda ontem, no Pequeno Expediente, o ilustre Deputado Antônio Belinati denunciava a prisão de menores estudantes, por parte da Polícia Militar. O assunto não teria maior importância, não fora a constância com que problemas policiais são trazidos à baila ultimamente no Estado do Paraná. E não é porque o Deputado Antônio Belinati, seja do PDS e nós sejamos do PMDB, que iríamos criticá-lo por suas denúncias feitas pelo ilustre Deputado, ou iríamos criticá-lo por suas denúncias.

Muito pelo contrário, achamos que denúncias como essas só servem para ajudar o Governo do Estado do Paraná, o Governo do PMDB, encontrar os problemas existentes nos mais diferentes segmentos do Governo. Problemas que devem e que precisam ser denunciados com clarezas para que as providências possam ser tomadas corajosamente.

Houve prática, há algum tempo, nos Paramentos, em que uma denúncia de um Deputado do PMDB ou do Vereador do PMDB era logo rebatida por um Deputado do PDS ou por um Vereador do PDS, porque não admitiam eles, que uma crítica fosse encaminhada pela Oposição a qualquer organismo ligado direta ou indiretamente ao seu Governo, ao Governo de então, do PDS. Nós, do PMDB, a cada momento que encontrarmos denúncias sérias, com cabimento, com lógica, denúncias vazadas em veracidade, como a de ontem feita da tribuna desta Casa pelo Deputado Belinati, aqui estaremos para aplaudí-lo e, inclusive, sugerir ao mesmo, que pesquise, que continue pesquisando, porque ao que se informa, outras arbitrariedades estariam sendo cometidas pela Polícia. Por ser um assunto policial, eu me reporto a denúncias recentes formuladas no "O Jornal de Maringá", pelo jornalista Verdelírio

Barbosa, criticando e denunciando duramente a Polícia Militar do Estado do Paraná, por ações nefastas, negativas, e covardes até ocorridas em locais como: O Estádio Municipal William Daves, na cidade de Maringá. Denunciava o jornalista, corajosamente, atos de barbarismo praticados por policiais militares.

É evidente, é claro, que sempre em nossos pronunciamentos, nós procuraremos, evidentemente, não colocar a corporação, não colocar o organismo, não colocar a Polícia Militar do Estado do Paraná em situação difícil, porque às vezes, um mau policial, ou meia dúzia de maus policiais, deixam uma corporação realmente em situação difícil. Mas, estaremos sempre a denunciar o mau policial, como fez, e repito, o jornalista Verdelírio Barbosa, da cidade de Maringá.

Ainda sobre a polícia: daqui há pouco nós vamos precisar de policiais para cuidar da polícia. Na cidade de Maringá, um dia destes, descobriram uma determinada oficina, que remarcava chassis de carros roubados. Dezenas de veículos roubados foram remarcados nesta oficina. O dono da oficina foi detido, foi recolhido ao xadrez. Pouco depois foi solto, e está em plena liberdade. Ninguém se pronuncia, ninguém se manifesta. Onde está a culpa? Só pode estar na própria polícia de Maringá. Não me importa se Polícia Civil, ou Polícia Militar.

A verdade que é uma oficina que transforma carros roubados, continua a operar normalmente. E tem mais nesta denúncia, um assunto que chegou hoje ao nosso conhecimento: um veículo roubado recentemente, transitava pelas ruas de Maringá nas mãos de um colaborador da polícia maringaense. Este colaborador policial teria, dentro do seu carro, uma escopeta e outras armas da polícia. Trancou o carro, e desceu para um determinado local.

Por ali passava, por acaso, o dono do carro. Viu aquele veículo e naturalmente citou: este carro é meu. Estava com a chave, abriu, entrou no carro e foi embora.

Então, em Maringá é festa roubos de veículos; a polícia não faz nada, e o que é pior, a população de Maringá suspeita que a Polícia de Maringá esteja, através de alguns policiais, não a Corporação, repito, mas através de alguns policiais, envolvida nesse ramo rendoso, no Brasil, que é, exatamente, roubo de automóveis. Alguma providência precisa ser tomada, daí eu ter abordado e vindo a esta tribuna para, entre outros assuntos, aplaudir o pronunciamento feito ontem pelo Deputado citado, que pertence, inclusive, ao PDS, e que fez muito bem em vir a esta Casa, em vir à tribuna e denunciar estas barbaridades cometidas pela Polícia. Oxalá o Governador do Estado, oxalá o Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, o Sr. Diretor da Polícia Civil, oxalá eles tomem conhecimento não só das denúncias formuladas pelo ilustre Deputado Belinati, mas por aquilo que nós também estamos a declarar, desta tribuna, e declaramos tranquilamente e sem medo, o que nos causa preocupação, tristeza, e que faz com que lamentemos, realmente, que a população de Maringá, se está a pensar, a suspeitar que a sua Polícia está envolvida com roubo de automóveis, o que não poderão estar pensando os habitantes do Estado do Paraná em outras cidades onde também cenas desagradáveis ocorrem, envolvendo alguns policiais?

Que as providências sejam tomadas!

Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A 24 de novembro de 1964, com o nome de Centro Eletrônico de Processamento de Dados do

Paraná, nasce em nosso Estado a primeira empresa estatal no setor de informática. Com a participação majoritária do Governo do Estado, a CELEPAR inicialmente possuía como finalidade principal, apoiar a administração de pessoal do setor público. Mais tarde, a empresa passou a denominar-se Companhia de Processamento de Dados do Paraná, mantendo a sigla original de CELEPAR.

Os obstáculos decorrentes da implantação de uma empresa de tecnologia de ponta, como a informática, foram gradativamente sendo superados. As dificuldades dos tempos pioneiros e a consolidação dos conhecimentos adquiridos constituíram a base para a maturação tecnológica. A empresa ampliou a sua área de atuação do setor público e evoluiu, então da simples informação a nível operacional para informação de nível gerencial.

Ainda na fase pioneira da CELEPAR, há que se destacar o cadastramento dos imóveis do Paraná, feito pelo INCRA (ex-IBRA) e o cadastramento de veículos do Estado implantado pelo DETRAN, acompanhado do efetivo controle do licenciamento e pagamento das respectivas taxas.

Já na década de 70 o computador passou a ser usado no acompanhamento e controle dos tributos estaduais, estaduais, com reflexos imediatos no comportamento da arrecadação que aumentou de forma significativa.

Os benefícios do uso dos recursos de computação eletrônica eram tão marcantes que a grande maioria dos órgãos estaduais passou a usá-los de forma intensiva, buscando a racionalização e eficácia de suas atividades. Na área de segurança pública, com a implantação do cadastro civil, conseguiu-se a emissão de uma carteira de identidade de 90 dias para cerca de uma semana.

As atividades decorrentes da implantação do Plano Estadual de Saneamento foram operacionalizadas com esta importante ferramenta.

Com os resultados obtidos no uso do processamento de dados como forma de aumentar o universo contributivo municipal e conseqüente aumento de arrecadação, o Paraná passou a ser um exemplo nacional. Atualmente, a CELEPAR atua como suporte ao processo administrativo e apoio à decisão nas várias áreas de atuação das entidades do setor público do Paraná.

Utilizando-se de equipamento de grande porte, atende a todas as Secretarias do Estado e seus diversos órgãos vinculados, além de mais de uma centena de prefeituras Municipais.

A filosofia de atendimento a clientes, recentemente implantada, procura colocar recursos computacionais adequados ao alcance dos próprios usuários, para permitir que eles próprios utilizem seus dados na exata de suas necessidades. Para permitir essa aproximação maior com os seus clientes, a CELEPAR precisou implantar uma rede de microcomputadores e terminais, distribuídos entre esses clientes. O objetivo fundamental dessa rede é coletar dados o mais perto possível da fonte e levar a informação o mais rápido possível para a decisão do usuário. Cada terminal serve como uma parte de entrada ou de saída para a capacidade total da computação instalada no Banco de Dados da CELEPAR.

Regularmente, chegam a CELEPAR, de todos as partes do País, solicitações para aproveitamento de conhecimentos e sistemas de informática aqui desenvolvidos, o que reflete o elevado grau de aperfeiçoamento técnico da empresa."

Até o último dia 24, a CELEPAR vinha operando com dois computadores IBM 4341, com 16 milhões de

memória e 13,2 bilhões de posições de armazenagem em disco magnético. Sábado, no entanto, data em que a empresa completou 20 anos de fundação, foi acionado o novo computador IBM 4381 que sozinho, tem 16 milhões de posições. Agora, portanto, são três os grandes computadores da CELEPAR. A rede de teleprocessamento da empresa é composta por quase duas centenas de terminais, além de mini e micro computadores nacionais. A memória do Estado está armazenada em cerca de 7.000 fitas magnéticas, cada uma com aproximadamente 40 milhões de posições de memória, num total de 28 bilhões de posições.

Fornecendo sistemas de suporte ao processo administrativo e de apoio a decisão, os serviços prestados pela CELEPAR abrangem praticamente todas as áreas de atuação estadual, destacando-se:

FINANÇAS
 - Controle de Arrecadação dos Tributos Estaduais;
 - Contabilidade e Controle Orçamentário;
 - Fundo de Participação dos Municípios no ICM;

Operações de Crédito para Empresas.
SEGURANÇA PÚBLICA
 - Carteira de Identidade e de Motorista;
 - Multas de Trânsito;
 - Certificado de Veículos;
 - Veículos Furtados;
 - Inquéritos Policiais;

SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
 - Fatura e Cobrança de Contas de Água e Esgoto;
 - Informações do Meio Ambiente.
RECURSOS HUMANOS
 - Gestão e Pagamento dos Funcionários do Estado;

- Preparação e Correção de Concursos Públicos;
 - Marcação de Consultas médicas;
 - Contas Médico-Hospitalares;
 - Empréstimos;

EDUCAÇÃO
 - Informações Educacionais;
 - Merendas Escolar;
 - Exames Supletivos de Primeiro e Segundo Graus;

- Alocação de Recursos;
HABITACIONAL
 - Financiamento para Casa Própria;
POLÍTICA
 - Informações Eleitorais;
 - Autoridades;
 - Atendimento Governamental;

TRANSPORTES
 - Transporte Coletivo Intermunicipal;
 - Terminais Rodoviários;
 - Racionalização Consumo Combustível;

PLANEJAMENTO
 - Acompanhamento de Realizações, Reivindicações e Obras Governamentais;
 - Elaboração e Controle Orçamentário;
 - Informações Científicas Tecnológicas e Estatísticas;

ADMINISTRAÇÃO
 - Gestão de Materiais;
 - Patrimônio;
 - Controle de Veículos;

AGRICULTURA

- Propriedades Suinícolas do Estado;
 - Classificação de Produtos Padronizados e do Algodão;

SAÚDE

- Cadastro Central de Voluntários;
 - Controle de Vacinações;

MUNICIPAL

- Lançamento e Controle de Arrecadação de Tributos Municipais;

- Sistemas Contábeis e Administrativos.

Atualmente, não se discute mais o papel do computador como máquina de mecanização de tarefas e sim o valor das informações que dele podem ser recuperadas, em benefício da população, de forma ampla e eficaz, pela administração estadual.

A consolidação e integração dos diversos Bancos de Dados já disponíveis no Estado é um desafio que está sendo devidamente estudado, permitindo que os dados sejam considerados um bem comum da administração estadual, permitindo sua democratização e facilidade de consulta.

A informação da sociedade, é uma realidade inexorável, pois as tecnologias de informação são instrumentos privilegiados do crescimento econômico, de racionalização administrativa, de desenvolvimento cultural e social e de soberania nacional.

A evolução nas relações entre Governo e Sociedade, sofrerá num futuro breve modificações ainda mais profundas, decorrentes do uso da informática, de forma cada vez mais intensivo. Assim, as ações da administração pública e de seus dirigentes, serão democraticamente acompanhadas, face à disponibilidade de informações, em todas as camadas sociais".

Para alegria deste Parlamentar, acredito também, para alegria do ilustre companheiro Deputado Tadeu França, essa empresa que completa vinte anos, essa grande empresa do Paraná é presidida, repito, para alegria nossa, pelo ilustre maringaense Dr. Waldemar Allegretti. E conta a empresa ainda com os trabalhos de Acir Volpato Kyt na Diretoria Administrativa Financeira e Afonso Celso Koehler de Camargo na Diretoria Técnica. Além, evidentemente, de seus brilhantes funcionários, desde o mais humilde servidor até o seu Presidente.

Hoje, a CELEPAR ocupa posição de destaque entre as congêneres nacionais e assumirá, doravante, seu verdadeiro lugar, como importante Banco de Dados do Governo do Paraná.

Por isso, Sr. Presidente, ilustres Srs. Deputados, completando, quando a CELEPAR completa vinte anos, nós gostaríamos, desta tribuna de saudação, como dissemos, a todos os seus funcionários: desde o mais humilde ao mais graduado. E dizer que tudo isto que nós apresentamos, toda essa tecnologia maravilhosa que é a CELEPAR de hoje no Estado do Paraná, ela seria inútil se não fosse a vontade, o trabalho, o denodo, o esforço de todos os funcionários. Como disse desde o mais humilde até o seu Presidente.

E saúdo com entusiasmo, meu prezado companheiro e amigo o maringaense, Dr. Waldemar Allegretti, que está, realmente, dando uma dinâmica extraordinária, um impulso extraordinário à CELEPAR e com isto, Presidente Waldemar Allegretti, ganhamos todos nós, ganha o Estado do Paraná, ganha o povo do Paraná, ganha todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados. —(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Esta

Presidência registra a presença do Sr. Deputado Federal Renato Bueno, nesta Casa. Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é reservado. Por trinta minutos, concedo a palavra, no Horário da Liderança do PMDB, a Sua Excelência Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, na condição de Relator Geral da Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada nesta Casa no ano passado, para apurar denúncias sobre diversas irregularidades na administração pública estadual, não só nos órgãos da administração direta como também de administração indireta.

E nessa condição, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu passo a ler, para que conste dos Anais da Casa, o Relatório Final que hoje, na derradeira sessão da referida Comissão Parlamentar de Inquérito, foi aprovado por unanimidade.

Leio, Sr. Presidente

“É princípio consagrado da ciência política, que um Poder sem controle tende sempre a se tornar um Poder sem medida. A fiscalização é, portanto, imperiosa para que não se deixe a gerência da coisa pública tão somente ao critério e nos limites das consciências individuais, pois estas nem sempre se autolimitam pelos princípios da probidade, como aliás parece ter sido regra geral de comportamento no passado recente de administração pública paranaense.

E foi exercitando esse poder controlador da atuação da administração pública, que é, da sua essência, que a Assembléia Legislativa do Paraná, por meio desta CPI, não só apurou individualmente cada uma das denúncias que chegaram a seu conhecimento, como, também, analisou alternativas e sugeriu providências para corrigir as distorções constatadas, apontando, como apontou em cada um dos relatórios parciais específicos, que ficam fazendo parte integrante do presente relatório final, algumas medidas e normas que constarão do Projeto de Resolução que oportunamente será remetido ao exame do Plenário desta Casa de Leis.

2 — HISTÓRICO DAS INVESTIGAÇÕES

Em 27 de junho de 1983, o Plenário desta Casa aprovou requerimento da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, proporcionando a criação e instalação desta CPI, com o intuito de investigar e apurar fatos de corrupção, incompetência e outros que tenham prejudicado o bom andamento dos serviços públicos, comprometido a arrecadação e a aplicação da renda pública na concretização social do bem comum e, de qualquer forma, tenham também desviado de seu legítimo desempenho as atividades das autoridades públicas, tanto nos órgãos da administração direta como naqueles de gestão indireta do Governo do Paraná.

Para a completa consecução do fim pretendido, foram necessárias quarenta e oito reuniões, desde a instalação desta CPI, tendo sido procedida a comitiva de cinquenta e cinco testemunhas e, para a complementação burocrática necessária, foram expedidos trezentos e quarenta e oito ofícios, bem como recebidos noventa e um. Foram, ainda, elaborados vinte e nove requerimentos e dezessete roteiros.

Além dos atos administrativos acima citados, inúmeros documentos, inquéritos, sindicâncias e auditorias, foram encaminhados a esta CPI, para exame

e instrução de cada uma das denúncias constantes no requerimento inicial, bem como das que chegaram ao conhecimento desta Comissão, durante o desenvolvimento dos trabalhos.

3 — DAS IRREGULARIDADES

No requerimento inicial desta CPI, foram indicadas irregularidades nos seguintes órgãos da administração direta e indireta do Estado e, individualmente, chegou-se às seguintes conclusões:

1 — FUNDEPAR (Fundação Educacional do Paraná)

Sobre as denúncias constantes do item I do requerimento inicial, foi designado Relator o Deputado Adhail Sprenger Passos, que ao término das investigações, chegou às seguintes conclusões:

a) Encaminhamento dos autos à Procuradoria Geral da Justiça, para a promoção de responsabilidade criminal de funcionários e particulares que delas, de qualquer forma participaram, pois chegaram as distorções (na sua quase totalidade delas) a caracterizar crimes de ação pública, peculato, corrupção eleitoral, falsidade de documentos públicos, falsa identidade, declaração falsa sobre características de mercadorias ou bens entregues à Fundação instituída pelo Poder Público, prevaricação, condescendência criminosa.

b) Encaminhamento de cópia dos autos à Secretaria de Segurança Pública, requisitando-se a seguinte medida: busca e apreensão de bens pertencentes ao patrimônio da FUNDEPAR, na forma prevista pelo artigo 240 e seguintes do Código de Processo Penal.

c) Encaminhamento de cópia dos autos à FUNDEPAR, para promover, através de sua Assessoria Jurídica, e independentemente dos resultados penais, a devida ação cautelar de seqüestros de bens ou valores correspondentes ao enriquecimento ilícito de seus servidores, dirigentes ou empregados, etc.

II — Companhia Agropecuária de Fomento Econômico (CAFE DO PARANÁ).

Quanto às irregularidades apontadas no item II, o Relator Deputado Fiori Luiz verificou que a atual Diretoria, em diversos casos, já havia tomado medidas necessárias no sentido de encaminhar à Justiça documentação para a propositura das competentes ações criminais. Entretanto, em muitos casos, por razões várias, tal providência não foi tomada, tendo sido opinado no sentido de:

a) Encaminhamento de cópia do Relatório ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, através da Casa Civil, bem como a todos os Prefeitos e Câmaras Municipais dos municípios onde se constataram irregularidades.

b) Encaminhamento de cópia do Relatório à Direção da CAFE DO PARANÁ, dando ciência e para que tomasse as providências recomendadas no mesmo.

c) Encaminhamento de cópia do Relatório à Procuradoria Geral da Justiça, para acompanhar e agilizar os processos cíveis e criminais, já ajuizados, de tudo informando esta CPI.

III — Instituto de Assistência e Previdência do Estado — IPE.

Tendo sido designado para Relator o Deputado José Antônio Fonseca, chegou-se à seguinte conclusão:

a) Que o IPE promova, contra os responsáveis, a competente ação cível de ressarcimento por atos ilícitos praticados contra a autarquia, para o que devem ser atualizados os valores dos locupletamentos, sem prejuízos dos lucros cessantes e emergentes até a final liquidação de sentença judicial.

b) Durante o desenrolar dos trabalhos, chegou ao conhecimento desta CPI denúncias contra o Hospital Casa de Saúde "Dr. Lima" da cidade de Cascavel, por locupletamento ali praticados contra o IPE. Concluiu o Relator no sentido de que seja descredenciada imediatamente a referida Casa de Saúde, pelas irregularidades constatadas.

c) Opinou, ainda pelo envio de cópias do Relatório ao Sr. Superintendente do IPE, ao Procurador Geral do Estado, ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e à Câmara dos Deputados.

IV — PARANATUR - Empresa Paranaense de Turismo. O Relator designado, Deputado Nestor Baptista, opinou pelo envio dos autos à Procuradoria Geral da Justiça, para a instauração das ações competentes, posto que cumpridas as finalidades da CPI, restaram provas provas inofensíveis dos ilícitos cometidos, de natureza administrativa, cível e penal.

V — PROMOPAR — Fundação de Promoção Social do Paraná. Pelas irregularidades comprovadas, o relator Deputado Márcio Almeida determinou os seguintes procedimentos:

a) Encaminhamento de cópia do relatório ao Sr. Governador do Estado, via Casa Civil.

b) Encaminhamento de cópia do relatório à Superintendência da PROMOPAR, dando ciência e para análise das recomendações contidas.

c) Encaminhamento de cópia do relatório aos Srs. Promotores de Justiça das Comarcas de Foz do Iguaçu e Guaíra, para ciência e tomadas das medidas que julgarem necessárias.

d) Encaminhamento do Relatório ao Sr. Delegado de Polícia, Titular da Delegacia de Crimes contra a Administração Pública, nesta Capital.

e) Encaminhamento de cópia do relatório à Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social.

f) Encaminhamento de cópia do Relatório à Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

VI — Secretaria da Cultura e do Esporte.

Tendo sido designado como Relator o Deputado Adhail Sprenger Passos, foram tomadas as seguintes iniciativas;

a) Envio de documentação consubstanciadora das denúncias para o Ministério Público, para as providências cabíveis quanto a possíveis ilícitos cometidos.

b) Envio de sugestão à própria SECE, para que esta tome as providências necessárias contra os responsáveis pelas irregularidades, que porventura ainda se encontrem a serviço da Secretaria.

c) Sugestão à SECE, no sentido de que se procure efetivar um melhor tombamento dos bens da Secretaria, principalmente no tocante ao patrimônio, e a posterior, um tombamento do patrimônio artístico de todos os órgãos do Governo do Estado.

VII — SECRETARIA DO PLANEJAMENTO — O Relator Deputado Adhail Sprenger Passos, chegou à conclusão de que foram delineados diversos ilícitos, praticados por diversas pessoas, tendo opinado pelo envio dos autos à Procuradoria Geral da Justiça, para que a mesma tomasse as medidas judiciais competentes, com a finalidade, até, de que tais medidas possam servir de ações inibidoras de novos fatos no mesmo sentido.

VIII — DETO — Departamento Estadual de Transporte Transporte Oficial. Decidiu o Relator Deputado Nestor Baptista, pelo envio de ofícios aos Srs. Governador do Estado, Secretário de Administração, Planejamento

e ao Diretor do DETO, no sentido de sugerir uma racionalização de legislação pertinente, ou de que se apresse o ato, na hipótese de já haver sido desencadeado o processo. Também decidiu pela inclusão, na Resolução decorrente dos trabalhos desta CPI, de artigos que tenham condições de cercear a ocorrência de fatos como os denunciados, até a conformação da legislação necessária.

IX — BANESTADO — Banco do Estado do Paraná. Face à dificuldade na reunião da documentação necessária à instrução do episódio, o Relator, Deputado Nilso Sguarezi requereu a criação de uma CPI específica, para serem melhor apuradas as irregularidades apontadas. Ainda com referência ao BANESTADO, no decorrer dos trabalhos foram apresentadas denúncias contra irregularidades ocorridas na BANESTADO, no decorrer dos trabalhos foram apresentadas denúncias contra irregularidades ocorridas na BANESTADO REFLORESTADORA. e o Relator Deputado Orlando Pessuti opinou pelas seguintes providências:

a) Encaminhar cópia dos autos da investigação à Procuradoria Geral da Justiça.

b) Encaminhar cópia do Relatório ao Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná.

c) Encaminhar cópia do Relatório ao Instituto de Terras e Cartografia do Paraná.

d) Encaminhar cópia do Relatório à Banestado Reflorestadora.

e) Encaminhar cópia do Relatório de Segurança Pública.

f) Encaminhar cópia do Relatório ao Sr. Governador do Estado. Tais encaminhamentos foram tomados no sentido de serem adotadas as medidas judiciais, policiais e administrativas cabíveis no episódio em tela.

X — BADEP — Banco do Desenvolvimento do Paraná. Ficou decidido pelo Relator, Deputado Sérgio Spada, que poderiam ser tomadas as seguintes providências:

a) Encaminhamento de Relatório ao BADEP, com a recomendação de que, completando a Sindicância Interna realizada, verifique eventuais responsabilidades funcionais dos técnicos envolvidos, aplicando as sanções administrativas cabíveis.

b) Adoção de medidas e providências necessárias, a fim de evitar a ocorrência de fatos semelhantes.

Medidas cíveis e criminal já foram tomadas, razão pela qual se torna desnecessária a sugestão das mesmas por esta CPI.

XI — SECRETARIA DA EDUCAÇÃO — Tendo sido oficiado pela titular da Pasta o saneamento das irregularidades, o Relator Deputado Adhail Sprenger Passos, opinou pelo arquivamento dos autos.

XII — SECRETARIA DA AGRICULTURA — O Deputado Paulo Furiatti, Relator da matéria, opinou pelo envio de cópia dos autos à Procuradoria Geral da Justiça, ao Procurador Geral da República e ao Secretário de Agricultura, para a adoção de medidas judiciais e administração que o fato requer.

XIII

O designado, opinou pelo envio de cópia do Relatório ao Procurador Geral da República, para o possível enquadramento dos Parlamentares envolvidos. Foram também enviadas cópias do Relatório à Secretaria de Saúde, à Fundação Caetano Munhoz da Rocha e à Comissão Executiva do Congresso Nacional para a adoção de medidas coibidoras de novos ilícitos de mesma conformidade.

XIV — Cia. de Saneamento do Paraná.

O designado, opinou pelo arquivamento dos autos

referentes às denúncias constantes do item XV do Requerimento Inicial, em virtude do contido no Ofício n.º DP/544/84, daquele órgão, que relatava a impossibilidade total de serem consubstanciadas as referidas denúncias.

XV -

O Relator, à vista de não haver fatos que habilitem ao prosseguimento desta CPI sobre ventilações de irregularidades administrativas no DIOE, requereu o arquivamento dos expedientes que fomentavam a busca de irregularidades na administração do mencionado Departamento.

XVI - Administração dos Portos de Paranaguá e de Antonina. Tendo chegado, no decorrer dos trabalhos desta CPI, a evidência de irregularidades ocorridas no Porto de Paranaguá, o Relator pelo que constatou no Relatório, solicitou as seguintes medidas:

a) Envio de cópia dos autos ao Sr. Secretário dos Transportes.

b) Envio de cópia do Relatório ao Secretário da Administração, Câmara Municipal de Paranaguá e ao Procurador Geral do Estado, para a adoção das medidas cabíveis em relação aos episódios denunciados.

XVII - Dep. Estrada de Rodagem.

Opinou pelo arquivamento do expediente relativo a pretensão persecutória desta CPI sobre irregularidades no DER.

XVIII - Cia. de Obras Públicas do PARANÁ.

Opinou pelo arquivamento do expediente referente ao órgão em epígrafe, e também pelo envio de cópia do Relatório ao Secretário da Administração e ao Diretor Presidente da EMOPAR, juntamente com cópia do Relatório apresentado a esta CPI, pelos funcionários da EMOPAR.

XIX -

Designado, opinou pelo arquivamento dos autos, face à inexistência de comprovação às irregularidades apontadas.

XX - Instituto de Tecnologia do Paraná.

O Relator opinou pelo envio de cópia dos autos à Procuradoria Geral da Justiça, face às irregularidades tipificadas durante a investigação relativa ao órgão em tela.

XXI - Designado como Relator opinou pelo envio de cópia dos autos à Procuradoria Geral da República, Secretaria da Justiça e Comissão Executiva do Congresso Nacional, para as medidas cabíveis.

XXII - Fundação Instituto de Terras e Cartografia.

O Relator decidiu pelo envio de cópia dos autos à Procuradoria Geral da Justiça, Procuradoria Geral do Estado e à Secretaria da Administração, dada a existência da prática de ilícitos penais e a necessidade de reparação dos danos sofridos pelo Estado.

XXIII - Cia. de Habitação do Paraná.

O Relator opinou pelo arquivamento do expediente relativo ao órgão em tela, solicitando ainda fossem oficiadas a Secretaria do Interior e COHAPAR, a fim de que se procure coibir novos fatos semelhantes.

XXIV -

Relator, opinou pelo envio de cópia dos autos à Procuradoria Geral da Justiça, a fim de serem tomadas as medidas legais cabíveis, bem como pelo envio de cópia do Relatório à Câmara Municipal de Itapejara, para que a mesma promovesse uma Comissão Parlamentar de Inquérito em âmbito Municipal.

XXV - Departamento Estadual de Trânsito.

Como denúncias, opinou pelas seguintes providências:

a) Envio de cópia dos autos do processo investigatório

concluído à Procuradoria Geral da Justiça, para o exame da possibilidade de constituírem-se em delitos de ação pública os fatos denunciados.

b) - Recomendação ao DETRAN para que encaminhasse os resultados das Sindicâncias aos Órgãos do Ministério Público.

c) - Recomendação ao DETRAN para que providenciasse a promoção de ações indenizatórias por enriquecimento ilícito dos faltosos.

d) - Recomendação ao DETRAN no sentido de responsabilização de seus funcionários envolvidos nas denúncias deste episódio.

XXVI - CIA PARANAENSE DE ELETRICIDADE.

O Relator opinou pelo arquivamento do expediente enviado pela COPEL, encerrando-se em relação a esta Autarquia as perquirições instauradas pela vestíbular desta CPI.

XXVII - Outros casos foram trazidos ao conhecimento desta CPI, e como os mesmos se enquadravam, perfeitamente, no âmbito do item XXIX do Requerimento Inicial, foram apurados, na medida do possível, e de seus respectivos Relatórios deduz-se o seguinte:

1) - Instituto Agrônomo do Paraná

Relator - conclusão: Recomendação ao IAPAR um aperfeiçoamento do mecanismo de movimentação de verbas na Tesouraria do órgão, de forma a permitir um maior controle; envio de cópia dos autos à Procuradoria Geral da Justiça, para as medidas judiciais cabíveis; recomendar ao IAPAR que, através de sua Assessoria Jurídica, examinasse a possibilidade de medidas judiciais na esfera cível, contra os funcionários envolvidos nas irregularidades apontadas.

2) - Tribunal de Contas do Paraná.

Conclusão: Envio de cópia do Relatório ao TCE, para adotar providências necessárias ao ressarcimento do erário público; envio de cópia do Relatório à Procuradoria Geral do Estado, solicitando exame dos concursos anteriores, e anulação dos mesmos com o respectivo ressarcimento, se for o caso.

3) - Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente. SUREHMA - Deputado Nestor Baptista, Relator.

Conclusão: Envio de cópia dos autos à Procuradoria Geral da Justiça, com a recomendação de adoção de medidas visando a responsabilização e conseqüente ressarcimento dos danos ocasionados.

4) - Coordenadoria de Registro Meteorológico de Curitiba. COMEC. Relator Adhail Sprenger Passos.

Conclusão: Solicitando a criação e instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito específica, em virtude das sérias evidências de irregularidades e vultosidade das quantias envolvidas, também, face ao pouco tempo disponível para a apuração dos fatos por esta CPI.

5) - Fundação "CASA DO TRABALHADOR" - Relator Nestor Baptista.

Conclusão: Opinou pela criação de CPI específica, por motivos idênticos ao item anterior.

6) - Assembléia Legislativa do Paraná. - Concurso de Redator.

Relator - Deputado Márcio Almeida.

Conclusão: Não havendo evidências de irregularidades

opinou pelo arquivamento do referido expediente.

Último Tópico - DA CONCLUSÃO.

Feitas as considerações e sugestões decorrentes das investigações procedidas por esta CPI, resta ver que os resultados colhidos foram frutíferos, no sentido de serem propostas as medidas corretoras das distorções verificadas na administração dos órgãos investigados.

Que as conclusões a que chegou esta CPI, em cada um dos relatórios parciais, seja um alerta para a revisão de conceitos na administração pública, recolocando-se a discricionariedade nos limites legais e morais para que não se transforme em arbitrariedade não condizente com a postura almejada pela plenitude de um estado de direito democrático.

Que sirva este trabalho da CPI, ao menos para renovar a confiança da gente paranaense na classe política, mostrando aos que anteciparam descrédito à CPI em atividade, quanto à sua eficiência, de que de nada valeu tentar minimizar os erros cometidos, medindo-os por uma métrica insensata e vendo-os sob uma ótica distorcida, porque nem sempre se consegue anestesiar o senso crítico popular que pode perceber a gravidade da situação presente na Nação Brasileira. atribuí-la, também, aos desmandos que costuma proliferar à sua sombra, fertilizada pelos efeitos deletérios de tal excrecência.

Isto posto, opinamos que esta CPI encaminhe as sugestões apresentadas ao Plenário desta Casa Legislativa em forma de Projeto de Resolução, para que o Governo do Estado venha a criar mecanismos que evitem a repetição de irregularidades e crimes contra a administração pública e o interesse coletivo, como se constatou à saciedade no decorrer dos trabalhos investigatórios que agora se encerram.

Recomendamos, outrossim, que como derradeira providência, desta Comissão, esta mesma Comissão, por meio de sua Presidência, dirija ofício a todos os órgãos do Governo do Estado, aos quais foi solicitada a adoção de quaisquer providências saneadoras, especialmente à Procuradoria Geral do Estado e à Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, pedindo que a Assembléia Legislativa de nosso Estado, seja periodicamente informada sobre os resultados obtidos. E bem assim, sobre o andamento dos inquéritos administrativos e criminais, instaurados para a penalização dos responsáveis.

É o Relatório Final que apresentamos.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1984.

Deputado ADAHIL SPRENGER PASSOS
Relator Geral”.

Era o que eu tinha a afirmar, Senhor Presidente, na oportunidade em que, como afirmei no encerramento dos trabalhos da CPI da Corrupção, nós todos, não só o relator geral, mas cada um dos membros, saímos do trabalho hoje de manhã, com a sensação de leveza, com a sensação de leveza nós temos saímos da reunião de hoje de manhã, eufóricos, até, porque nós temos a certeza de que cumprimos, e de modo eficaz, o nosso dever para com o povo do Paraná.

Era só, Senhor Presidente (Sem revisão do orador).

O SR. MÁRIO PEREIRA (Pela Ordem) - Nós solicitamos o restante do Horário da Liderança do PMDB

para o Deputado Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Por dois minutos e 30 segundos, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Foi encaminhado à mesa um requerimento em que alguns Deputados e Lideranças políticas do Paraná (Lendo): “vêm a público denunciar os atos de perseguição político-ideológica e ameaças perpetradas contra os militantes do PMDB de Campo Mourão, Fábio de Caldas Mesquita (médico diretor do Departamento de Saúde Municipal), Agnes Mesquita, médica municipal, Carlos Hamilton Cabral (Diretor de Recursos Humanos e Administração municipal), Miriam Gamperi (assistente social da Prefeitura) e Maria Elza Marcos (do Departamento de Educação municipal), pelos setores de direita daquela cidade”.

Esse requerimento, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, do qual, aliás, sou um dos subscritos, recebe o nosso apoio com algumas ressalvas, as quais enumero:

1) - Temos consciência plena, aliás, é um pressuposto programático do PMDB, que a denúncia inserida nesse requerimento faz parte de métodos não muito distantes do momento político em que vivemos. Exatamente partem daqueles que usaram e corromperam o Poder Público ao longo das duas últimas décadas.

2) - Não podemos discordar que existe em Campo Mourão, um processo de desestabilização da administração municipal, exatamente por aqueles que, antes, faziam da atividade pública, não a busca do bem comum, mas, sim, de acordo com a conveniência de pequenos grupos, descaracterizando os valores éticos e morais da sociedade.

Diante disso, concordamos plenamente com os três pontos propostos pelo requerimento, cuja cópia tenho em mãos neste momento, que se vê o seguinte:

A necessidade de manter a tranquilidade pública neste momento, em que vive a Nação brasileira, e em defesa dos princípios democráticos e da liberdade de opinião, manifestação e organização de todos aqueles que lutam pela democracia, denunciemos tais fatos e exigimos.

1) - Que se garanta a vida dos ameaçados.

2) - Que se tome medidas legais cabíveis à apuração dos fatos.

3) - Que se extermine com organizações de direita que tudo fazem para impedir o processo de redemocratização do País”.

Só não concordo, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, neste requerimento, venham acusações à imprensa ou a qualquer outro setor da comunidade mourãoense. Daí o nosso apelo ao Senhor Secretário da Segurança Pública e ao Governador do Estado para que enviem todos os esforços para esclarecer tão lamentável episódio.

Curitiba, 29 de novembro de 1984.

Era só, Senhor Presidente.

(COM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Senhores Deputados.

A Mesa, com base na Resolução 2/71, abre prazo por três (3) dias consecutivos, a contar do dia 3 de dezembro do corrente ano, para oferecimento de Emendas à Proposição n.º 217/84, Proposta de Emenda à Constituição do Estado, de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Resolução n.º 200/84. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, acima aprovado:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 200/84, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova a Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1983. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 276/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 211/84), que dispõe sobre enquadramento, mediante opção, no Quadro Próprio do Magistério, de Professores do Quadro Único de Pessoal que concluíram ou vierem a concluir cursos que os habilitem para tal, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.E., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 322/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 247/84), que altera o Orçamento da Assembléia Legislativa, até o limite de Cr\$ 705.000.000 (setecentos e cinco milhões de cruzeiros), objetivando complementar recursos insuficientemente dotados na forma a seguir especificada: Dotação 0101.01010012.001, Subelementos 3.1.3.2.3.2.5.5. e elemento 4.1.2.0. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 143/84, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que aprova as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as causas da falência dos municípios, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 156/84 (Mensagem n.º 146/84 - ex-Proposição n.º 149/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Revigoramento de 24/04/84, dos Convênios de 22/11/83 e 08/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e municípios adiante mencionados, objetivando a aplicação de recursos

financeiros dos Programas que especifica. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 157/84 (Mensagem e ex-Proposição n.º 147/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, em 05/04/84, e os municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMEC, em obras públicas nos referidos Municípios. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 158/84 (Mensagem n.º 155/84 - ex-Proposição n.º 159/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 28/06/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e a SUDESUL, com interveniência da SUCEPAR, objetivando a execução de obras em conformidade com o PRONOROESTE. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 159/84 (Mensagem n.º 151/84 - ex-Proposição n.º 154/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 29/06/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Guarapuava, objetivando a aplicação de recursos financeiros vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA". **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 160/84 (Mensagem n.º 150/84 - ex-Proposição n.º 153/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 29/06/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Paranavaí, objetivando a aplicação de recursos financeiros vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA" e "PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES URBANOS". **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 161/84 (Mensagem n.º 173/84 - ex-Proposição n.º 176/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 29/06/84, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Ponta Grossa, objetivando a aplicação de recursos financeiros, vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA", no referido município. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 164/84 (Mensagem n.º 184/84 - ex-Proposição n.º 182/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 6º Termo Aditivo de 13/06/84, ao Convênio de 04/02/80, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e Ministério da Agricultura, objetivando dar continuidade às atividades de Erradicação do Câncer Cérfico

no Estado do Paraná. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 165/84 (Mensagem n.º 161/84 - ex-Proposição n.º 172/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio n.º 10/84, celebrado em 26/07/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de São José da Boa Vista, objetivando a concessão de auxílio financeiro para aquisição de um transmissor UHF, de 10W, para ser instalado na sede do referido Município. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 166/84 (Mensagem n.º 185/84 - ex-Proposição n.º 183/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 06/06/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e Ministério da Agricultura, objetivando a execução de atividades de combate e erradicação da febre aftosa no Estado. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 167/84 (Mensagem n.º 172/84 - ex-Proposição n.º 175/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 1.ºs Termos Aditivos de Convênio de 18/07/84, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras em conformidade com o PRONOROESTE. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 168/84, (Mensagem n.º 181/84 - ex-Proposição n.º 180/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 13/07/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e da SUCEPAR e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana nos municípios signatários. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 169/84 (Mensagem n.º 144/84 - ex-Proposição n.º 146/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e o Município de Santo Antônio do Paraíso, objetivando a aplicação de recursos financeiros vinculados ao "Programa de Mobilização Energética". **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 170/84 (Mensagem n.º 187/84 - ex-Proposição n.º 185/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 13/07/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e da SUCEPAR e o Município de Corbélia, objetivando a execução de obras de controle da erosão no referido Município. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução 171/84 (Mensagem n.º 162/84 - ex-Proposição n.º 173/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo de 23/04/84, ao Convênio de 22/02/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, e o Estado de São Paulo, através de sua Secretaria dos Negócios dos Transportes, do Departamento Hidroviário, do Departamento de Águas e Energia Elétrica e a PORTOBRÁS, com os objetivos que especifica. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 172/84 (Mensagem n.º 190/84 - ex-Proposição n.º 178/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com a participação da COMEC e municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros do "Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustível" e "Programa de Investimentos em Transportes Urbanos". **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 173/84 (Mensagem n.º 160/84 - ex-Proposição n.º 161/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 5.º Termo Aditivo de 11/06/84, ao Convênio de 06/06/79, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando dar continuidade à fiscalização do comércio de materiais de multiplicação vegetal e de produtos fitossanitários. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 174/84 (Mensagem n.º 180/84 - ex-Proposição n.º 181/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento com a COMEC e os municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMEC, na execução de obras nos municípios signatários. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 308/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY E OUTROS, que concede os Títulos de Cidadania Honorária do Paraná à Senhora ETY G. FORTE e ao Arquiteto LUIZ FORTE NETTO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 117, de 07/11/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 308/84

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, visa o presente Plano de Lei, outorgar os Títulos de Cidadão Honorário do Paraná à Senhora Ety G. Forte e ao arquiteto Luiz Forte Netto.

Conforme justificativa apresentada por seu

autor, tem-se que os mesmos são merecedores do referido Título, visto os grandes e relevantes serviços que prestaram e vêm prestando a toda comunidade curitibana e paranaense.

Estes paulistas, que recém-casados chegaram ao Paraná, escolheram esta terra para aqui desenvolverem seus trabalhos e permanecerem como filhos deste Estado. Trouxeram todo o entusiasmo daqueles que com perseverança buscaram atingir um objetivo, o de se integrarem à comunidade, contribuindo também, na busca do fim que é a razão de ser o próprio Estado, ou seja o bem comum. E com seus gestos simples, daqueles que nada pedem por interesse próprio, foram conquistando a amizade e o carinho dos paranaenses, e a partir de então, seus passos, seus rumos, foram traçados não mais por eles, mas sim, por todos aqueles que já não mais podiam viver sem seu auxílio, mais precisamente pelas crianças enfermas da Associação Raul Carneiro, mantenedora do Hospital de Crianças César Pernetta, que num gesto de reconhecimento e fé, convidou a Senhora Ety G. Forte para assumir aquela Presidência. E realmente Dona Ety G. Forte assumiu aquela Presidência, de forma que pode ser sintetizada em pronunciamento seu numa entrevista recente a um jornal local, que para todos ficou como símbolo de sua garra e de sua luta. Disse ela: "Pus uma roupa de briga e assumi a briga até hoje". Isto demonstra a seriedade que esta jovem mulher procura dar a um empreendimento tão humano quanto misericordioso; retrata o papel do verdadeiro espírito de colaboração e amor ao próximo.

Junto com Dona Ety Forte, figura o incansável e inseparável marido Senhor Luiz Forte Netto, um arquiteto dos mais brilhantes que, assim com ela, sempre buscou os caminhos mais difíceis, aqueles que poucos "vestem a camisa" para o trabalho do dia-a-dia. Juntou-se a ela para ajudar aqueles mais humildes e desassistidos, e no conjunto fizeram erguer em Curitiba um dos maiores complexos hospitalares devotado à infância. Como arquiteto, reconhecido nacional e internacionalmente, seu trabalho sempre voltado para o interesse social, ocupou cargos de relevância na área pública, sendo ainda Professor consagrado, exercendo atualmente a Chefia do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná.

Estas duas figuras ilustres, que adotaram o Paraná de alma e coração, merecem toda a estima dos paranaenses, e o Título de Cidadania, será uma singela homenagem a estes que tanto têm feito em prol dos paranaenses.

De acordo com a Lei n.º 5638, de 13/09/67, que regula a matéria concernente à concessão de título de benemerência ou cidadania honorária paranaense, prescreve condições essenciais em seu art. 1.º para a outorga destes Títulos e analisando os incisos do referido artigo, temos que, conforme a justificativa do autor do Projeto, os agraciados enquadram-se perfeitamente, pois, o trabalho por eles desenvolvido possui caráter beneficente, de relevante valor social.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, temos que a mesma não fere qualquer dispositivo legal, estando apta a tramitar normalmente pelas demais Comissões desta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável. Opinando-se pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Florentina Nogueira da Silva, ocorrido no dia 25 de novembro do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Adhail Sprenger Passos e Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando dispensa da Redação Final para o Projeto de Lei n.º 322/84, aprovado em 3ª Discussão e que o mesmo não sofreu emendas na sua tramitação, que altera o orçamento da Assembléia Legislativa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 281/84, que institui o "Dia do Aposentado do Paraná". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa do Parecer n.º 450/J do Subprocurador Geral da República, Doutor Aristides Junqueira Alvarenga, aprovado pelo Procurador Geral da República, Doutor Inocêncio Mártires Coelho, referente ao processo administrativo que envolve o Deputado Federal Otávio Cesário Pereira Júnior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Passuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo passagem do 30.º aniversário do Município de Bom Sucesso. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Senadores Álvaro Dias, Affonso Camargo e Enéas Farias e Deputados Federais Walber Guimarães e Renato Bernardi, encarecendo apoio para a criação da aposentadoria do Vereador, em semelhança aos dos Deputados Estaduais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretária da Educação, encarecendo a implantação de uma Escola Supletiva de 1.º e 2.º Graus no Município de Paissandu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando

voto de congratulações pela passagem do 29.^o aniversário de emancipação política e administrativa do Município de Araruna. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 20.^o aniversário de emancipação política e administrativa do Município de Nova Cantu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos para o pagamento do funcionalismo público do Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a destinação de verbas para colocação de alambrado no Estádio do Distrito Administrativo de Corumbataí do Sul, no Município de Barbosa Ferraz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos orçamentários para o pagamento do 13.^o salário aos servidores públicos do Município de Iretama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, subscrito por demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, dos documentos referentes a pronunciamentos do Senhor Deputado Federal Reanto Loures Bueno, sobre a contaminação dos alimentos por agrotóxicos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 21.^o aniversário de emancipação política e administrativa do Município de Mariluz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, Rubens Bueno, e subscrito por demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando medidas urgentes dos Senhores Secretário da Segurança Pública e Governador do Estado, quanto à denúncia dos atos de perseguição político-ideológica e ameaças perpetradas contra os militantes do PMDB do Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros para o pagamento dos servidores públicos do Município

de Janiópolis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a liberação de verba para o pagamento do 13.^o salário do funcionalismo público do Município de Juranda. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a liberação de verba para o pagamento do 13.^o salário ao funcionalismo público do Município de Mariluz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 14.^o aniversário de fundação da COAMO - Cooperativa Agropecuária Mourãoense Limitada, ocorrido no dia 28 de novembro do Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para logo após, com a Ordem do Dia já anunciada.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO AIRTON CORDEIRO, EM SESSÃO DO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 1984.

N.^o 450/AJ.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA

1. *Através do Ofício n.^o 492, de 29 de agosto de 1984, o Excelentíssimo Senhor Doutor Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná encaminhou a Vossa Excelência cópia do processo administrativo oriundo da Secretaria de Estado de Justiça daquele Estado-membro, "porque", no aspecto processual penal, os fatos nele retratados podem configurar, pelo menos, infração continuada e em coautoria de emprego irregular de verbas públicas (artigo 315, combinado com os artigos 25 e 51, parágrafo segundo do Código Penal), estimulada pelo então Secretário da Justiça, Octávio Cesário Pereira Júnior, hoje Deputado Federal".*
2. *Ainda que se concedesse a possibilidade de se extrair dos autos da sindicância e do processo administrativo a conclusão de que o então Secretário de Estado da Justiça do Estado do Paraná, hoje Deputado Federal, tivesse sido*

co-autor do crime continuado de emprego irregular de verbas públicas, não se poderia negar a evidente ocorrência de prescrição, causa extintiva da punibilidade.

3. Infere-se dos documentos de folhas 257 e seguintes (volume IV), que em abril de 1982, outro já era o Secretário da Justiça, pelo que a imputada continuação delituosa já cessara, àquela época.

Como o máximo de pena privativa de liberdade cominado ao delito definido no artigo 315, do Código Penal é de três meses, a prescrição ocorre em dois anos, consoante regra do artigo 109, VI, do mesmo Código.

Assim, extinta está a punibilidade deste antes da remessa dos procedimentos a esta Procuradoria Geral da República.

4. Após minucioso exame de todos os seis volumes, nada encontramos com relação ao Deputado Federal, Octávio Cesário Pereira Júnior, senão as alusões referidas no despacho do Excelentíssimo Sr. Procurador Geral da Justiça, das quais extraiu a possibilidade de configuração do delito já aludido (fls. 1.163/165, volume VI).

5. Atendo-nos ao exame da conduta daquele que tem foro por prerrogativa de função e não encontrado adequação a qualquer delito punível, que ensejasse oferecimento de denúncia ao Colendo Supremo Tribunal Federal, somos pela devolução dos autos do procedimento administrativo ao ilustre remetente.

Brasília, 10/10/84.

(a) ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA

Subprocurador Geral da República

APROVO:

(a) INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO

Procurador Geral da República.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS
ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A
REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO
ADHAIL SPRENGER PASSOS,
EM SESSÃO DO DIA 29 DE NOVEMBRO
DE 1984.

Câmara dos Deputados

Deputado RENATO LOURES BUENO
PMDB — PR

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Comissão de Defesa do Consumidor, da
Câmara Municipal do Rio de Janeiro, vem

intensificando sua vigilância relativamente a presença dos agrotóxicos nos alimentos, mobilizando o interesse das donas-de-casa, pelo problema verificado que "o nível de contaminação dos nossos alimentos supera, na realidade, em muito, os dados que têm sido divulgados pela imprensa". Tal fato seria comprovado nos relatórios técnicos a respeito dos resíduos de pesticidas organoclorados, organofosforados e elementos metálicos em óleos e gorduras vegetais largamente consumidos pela população.

Esses relatórios assinalam que os leites Ninho e Glória, apresentam contaminação em 88 por cento das amostras analisadas; a manteiga Leco, em 92 por cento das amostras; a lingüiça Sadia, em 88 por cento das amostras; o presunto Swift, em cem por cento das amostras; as salsichas Sadia e Wilson, em 100 por cento das amostras; a margarina Claybon, em 71 por cento das amostras; o café Caboclo, em 79 por cento das amostras; o feijão, em 92 por cento das amostras; o óleo de soja Primor, em 83 por cento das amostras.

Ao assinalar a importância desses exames bromatológicos, diz aquela Comissão de Defesa do Consumidor:

"Estes são apenas alguns itens constantes do relatório elaborado pelo Instituto de Tecnologia de Alimentos - ITAL, órgão oficial do Estado de São Paulo, reconhecido internacionalmente. O problema mais sério é que esses venenos não são eliminados pelo organismo humano, acumulando-se, a cada dia, gerando problemas seríssimos, principalmente às gestantes e crianças, a longo prazo".

Assinala-se que, nas áreas agrícolas, onde é mais freqüente o contato direto com os agrotóxicos, os problemas se apresentam mais precocemente, crescendo, a cada dia, o número de crianças que nascem deformadas, com ausência de cérebro, coração fora da caixa torácica e leucemia infantil.

Urgem medidas urgentes, para prevenir essa calamidade, contendo o avanço indiscriminado do uso dos agrotóxicos, mediante leis federais, estaduais e municipais, embora contrariando os interesses das multinacionais que fabricam esses produtos, de consumo proibido em vários países do mundo, há mais de 20 anos, dentre eles os organoclorados, que são cancerígenos, produzem distúrbios nervosos e males respiratórios.

É preciso sustentar, nesta Casa, a competência dos Estados para legislar sobre a matéria, porque, dependendo de serviços federais, ganharão a batalha contra a nossa defesa sanitária as empresas multinacionais.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

**CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

OF. CDC. 617/84.

Rio, 30 de outubro de 1984.

Ao Excelentíssimo Sr.
Deputado RENATO BUENO
SQS - 216 F 302
BRASÍLIA/DF

Prezado Senhor.

Os AGROTÓXICOS constituem atualmente, preocupação de todas as MÃES e DONAS-DE-CASA, ou seja, todas aquelas que são responsáveis pela saúde da FAMÍLIA.

O nível de contaminação de todos os nossos alimentos, na realidade, supera em muito os dados que têm sido divulgados pela imprensa. Uma prova disso são os relatórios que estamos enviando em anexo, os quais não foram divulgados em sua totalidade pelos meios de comunicação, com receio de gerar pânico na comunidade. Para que se tenha uma idéia da gravidade da situação, convém observar, por exemplo, os seguintes casos constantes no relatório mencionado:

- a. LEITE NINHO E GLÓRIA, apresentam contaminação em 88 por cento das amostras analisadas;
- b. MANTEIGA LECO - contaminação em 92 por cento das amostras analisadas;
- c. LINGUIÇA SADIA - contaminação em 88 por cento das amostras analisadas;
- d. PRESUNTO SWIFT - contaminação em 100 por cento das amostras analisadas;
- e. SALSICHAS SADIA e WILSON - contaminação em 100 por cento das amostras analisadas;
- f. MARGARINA CLAYBON - contaminação em 71 por cento das amostras analisadas;
- g. CAFÉ CABOCLÔ - contaminação em 79 por cento das amostras analisadas;
- h. FEIJÃO - contaminação em 92 por cento das amostras analisadas;
- i. ÓLEO DE SOJA PRIMOR - contaminação

em 83 por cento das amostras analisadas.

Estas são apenas alguns dos itens constantes do relatório, o qual foi elaborado pelo Instituto de Tecnologia de Alimentos - ITAL, órgão oficial do Estado de São Paulo, reconhecido internacionalmente.

O problema mais sério é que esses venenos não são eliminados pelo organismo humano, se acumulando a cada dia, gerando problemas seriíssimos, principalmente às gestantes (feto) e crianças, a longo prazo.

Convém ressaltar que, hoje em dia, até o leite materno se encontra contaminado com resíduos de AGROTÓXICOS.

Nas áreas agrícolas onde os problemas se apresentam mais rapidamente, crescem a cada dia o número de crianças que nascem deformadas (ausência de cérebro, coração fora da caixa torácica, leucemia infantil, etc).

É necessário que sejam tomadas medidas urgentes, a fim de que esse drama não ameace nossos lares.

As medidas, realmente sérias no sentido de conter o avanço do uso indiscriminado de AGROTÓXICOS, foram tomadas com a criação das leis estaduais que já conseguiram reduzir um pouco esses problemas, em alguns Estados.

Infelizmente vemos o Governo Federal, sob o argumento de defender a legislação, apresentar ao Congresso Nacional um projeto de lei que visa, antes de tudo, a revogação das Leis Estaduais.

Além disso, essa lei resguarda ainda mais os interesses das MULTINACIONAIS, fabricantes de AGROTÓXICOS (veneno), garantindo a continuação da venda facilitada desses venenos, muitos dos quais proibidos há mais de 20 anos na Europa e Estados Unidos, (por exemplo, os organoclorados referidos nas tabelas em anexo, que são cancerígenos, causam danos ao feto, distúrbios nervosos, males respiratórios, etc).

Diante do exposto é nosso dever lutar para que essa lei não seja aprovada, em hipótese alguma, devendo ser substituída por um projeto a ser amplamente discutido por todos os segmentos representativos de todos os setores da sociedade, sobretudo as mães, responsáveis que são pela saúde de seus maridos e filhos.

Consideramos da mais alta importância sua participação na condição de esposa de parlamentar, no sentido de alertá-lo para uma consciente tomada de posição em relação à lei federal, face ao que foi exposto.

Certos de que poderemos contar com seu apoio à causa da saúde do povo brasileiro, colocamo-nos

à disposição para qualquer esclarecimento, orientação, material informativo, etc., que se faça necessário.

Atenciosamente,

(a) VEREADOR HÉLIO FERNANDES FILHO
PRESIDENTE
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SÉRGIO CABRAL DE CARVALHO
CONSELHO INTERESTADUAL DE
AGROTÓXICOS E ALTERNATIVAS
AGROPECUÁRIAS

MARIA BETHÂNIA VILLELA
ASSESSORA JURÍDICA
COM. DEFESA DO CONSUMIDOR

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Curitiba, 27 de novembro de 1984.

Ilmo. Sr.

ROBERTO BARROZO FILHO
DD. DIRETOR RESPONSÁVEL
DO "JORNAL DO ESTADO"
NESTA

Amparado na legislação em vigor (artigos 29 a 36 da Lei 5250/67), que me confere o direito de resposta, solicito a V. S. que me conceda nesse prestigioso jornal, o mesmo destaque e página, para refutar com a maior veemência e indignação, as aleivosias contra mim feitas pelo malufista "Doutor" Edgard Pimentel, na edição do dia 13 último. Aliás, "doutor" é como ele gosta de ser chamado, e muitas vezes chega a exigir esse tratamento dos mais humildes, quando deveria ter a dignidade de se orgulhar do seu curso de segundo grau em Técnico Agrícola, em que pese ser apenas entendido mais em gramas plantadas por sua firma Cavil em jardins de residências particulares de Cascavel, usando imoralmente mão de obra gratuita de funcionários da Prefeitura, na época em que exercia, como falso engenheiro agrônomo (daí o "doutor"), o cargo de Secretário Municipal da Agricultura.

Essas e outras acusações que faço e farei posteriormente, estão fundamentadas em provas que serão apresentadas oportunamente.

Sei que da parte dele, poderá assacar novamente infâmias contra mim, como já o fez, no afã de me causar "malufício", protegido em suas atuais imunidades parlamentares, que vão terminar inexoravelmente ao final deste primeiro e último mandato. Mas, nada provará, porque a minha conduta pública, é de todos conhecida.

Como paranaense de raízes antigas neste Estado, sempre temos cultivado como característica de nossa

índole, a hospitalidade, recebendo de braços abertos todos aqueles que para cá vieram, a fim de, irmanados conosco, contruirmos com trabalho e respeito às nossas tradições, a grandeza desta generosa terra das araucárias. Temos sido até magnânimos com pessoas de passado suspeito em seus Estados de origem, como é o desse insolente Deputado Malufista, no pressuposto de que todos podem e devem ter oportunidade para se regenerar — o que infelizmente não está acontecendo com esse fabricado "doutor" Edgard Pimentel.

Faço com absoluta e segura convicção essas afirmações, com o desassombro de atitudes respaldadas e identificadas com a bravura cívica e a coragem política do povo do meu Estado, que já me conferiu e me honrou, não apenas com um, mas com seis mandados eletivos (1 Vereador, 4 de Deputado Estadual e este de Deputado Federal), porque sempre coloquei e venho colocando acima de quaisquer interesses, os sagrados anseios de nossa gente, contra os poderosos desonestos do poder político e do poder econômico de nacionais e multinacionais.

Das dezenas de projetos e discursos que têm marcado minha atuação na Câmara dos Deputados, cumpre-me destacar pelas conotações, e porque nesta oportunidade se faz mister, os seguintes:

1. Protesto contra a exploração das multinacionais que fabricam medicamentos no País, quando obtiveram 25 por cento de aumento de preços;
2. — Sobre o trabalho da COOPAVEL, através de seus médicos, que identificou 35 em 100 lavradores, contaminados por agrotóxicos e 234 pessoas dentre 668, estavam envenenadas; intoxicação de 22,8 por cento na região de Sede Alvorada; no Município de Boa Vista da Aparecida, 71 por cento dos lavradores examinados estavam intoxicados; no Município de Capitão Leônidas Marques, onde se registrou o índice de intoxicação de 22,8 por cento (muito inferior à média regional de 35 por cento) o fato é atribuído à repercussão da morte em 1983, de 3 pessoas da mesma família, em função do alto grau de contaminação por agrotóxicos;
3. — transcrição nos Anais da Câmara Federal de Ofício da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, enviado pelo Deputado Carlos Renan Kurtz, encarecendo o nosso apoio para a rejeição do projeto de lei de agrotóxicos que seria, como foi, encaminhado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional e que felizmente já retirado há poucos dias;
4. — estranhando o desconhecimento do Presidente da Associação das Indústrias

Farmacêuticas de qualquer estatística sobre intoxicação por medicamentos, quando relatórios do Ministério da Saúde indicam que em 1983, nada menos de 12 mil pessoas morreram pelo mau uso de medicamentos e cerca de 400 mil foram internados, vítimas de intoxicação medicamentosa;

5. — finalmente, passarei a dizer, para provar em seguida, com documentos, em anexo, que:

a) — tenho absoluta convicção de que o "nível de contaminação dos nossos alimentos, supera, na realidade, em muito os dados divulgados pela imprensa", e por isso mesmo, como médico e deputado federal do PMDB, fiel ao seu programa e Estatuto, só procuro e devo ver os sagrados interesses de nosso povo, doa a quem doer;

b) — minha conduta é correta e dignifico, como sempre o fiz, o mandato que o povo paranaense pela sexta vez me outorgou, com a independência que Deus me deu, não servindo a interesses escusos de ninguém, quer de líderes políticos corruptos e prepotentes, quer a Multinacionais e Nacionais, que nos exploram criminosamente, tendo sido implacável a tal ponto que tenho recebido ameaças anônimas por telefone e que provavelmente continuarei a recebê-las, face às provas que passarei a apresentar de fontes idôneas e que desafiam quaisquer contestações e sofismas.

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro, através do Ofício CDC-617/84, datado de 30 de outubro de 1984, em anexo, assinado pelo vereador Hélio Fernandes Filho, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, pelo Sr. Sérgio Cabral de Carvalho, do Conselho Interestadual de Agrotóxicos e Alternativas Agropecuárias, e da Sra. Maria Bethania Villela, da Assessoria Jurídica da Comissão de Defesa do Consumidor, afirmam, baseados nos relatórios e resultados dos exames bromatológicos em anexo, do Instituto de Tecnologia de Alimentos — ITAL, órgão oficial do Estado de São Paulo, reconhecido internacionalmente, dentre outras coisas estarrecedoras, as seguintes e que balizaram o pronunciamento que fiz da tribuna da Câmara dos Deputados, no dia 08 de novembro último:

A) — "Esses relatórios assinalam que os leites Ninho e Glória apresentam contaminação em 80 por cento das amostras analisadas; a manteiga Leco, em 92 por cento das amostras; a margarina Claybon (multinacional) em 92 por cento das amostras; a lingüiça Sadia, em 88 por cento das amostras; o café Caboclo em 79 por cento das amostras; o feijão, em 92 por cento das amostras; o óleo de soja Primor, em 83 por cento das amostras; salsichas Sadia e Wilson, em 100 por cento das amostras; todos esses percentuais

de amostras com contaminação estão acima dos limites permitidos (vide xerox anexo).

B) — Ao assinalar a importância desses exames bromatológicos, diz aquela Comissão de Defesa do Consumidor:

"Estes são alguns itens constantes do relatório elaborado pelo Instituto de Tecnologia de Alimentos — ITAL.

O problema mais sério é que esses venenos não são eliminados pelo organismo humano, acumulando-se a cada dia e gerando problemas seriíssimos, principalmente às gestantes e crianças, a longo prazo".

C) — "É necessário que sejam tomadas medidas urgentes, a fim de que esse drama não ameace nossos lares. As medidas, realmente sérias, no sentido de conter o avanço do uso indiscriminado de agrotóxicos foram tomadas com a criação de leis estaduais que já conseguiram reduzir um pouco esses problemas, em alguns Estados".

Infelizmente, vemos o Governo Federal, sob o argumento de defender a população, apresentar ao Congresso Nacional, um projeto de lei que visa, antes de tudo, a revogação das Leis Estaduais".

Além disso, esse projeto de lei do Governo Federal (governo do Partido do Dr. Edgard Pimentel) "resguarda ainda mais os interesses das MULTINACIONAIS, garantindo a continuação da venda facilitada desses venenos, muitos dos quais proibidos há mais de 20 anos na Europa e Estados Unidos (os organoclorados, referidos nas tabelas em anexo, são cancerígenos, causam danos ao feto, distúrbios nervosos, males respiratórios, etc)".

Como se pode concluir, diante do que expusemos, nada mais fiz do que denunciar um quadro que deve ser objeto de inquietantes preocupações de nossos homens públicos responsáveis, das entidades de classe, das lideranças políticas autênticas, porque, com os desonestos, corruptos, subservientes e coniventes dos poderosos, que se vendem para manter seus privilégios e mandatos, não poderemos contar.

Com protestos de apreço e consideração a Vossa Senhoria e à disposição para possíveis maiores esclarecimentos à opinião pública, subscrevo-me

Cordialmente,

(a) RENATO LOURES BUENO

Deputado Federal

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 027ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO de 1984
(QUINTA-FEIRA)**

*Presidência do Senhor Deputado Nestor
Bartista, secretariada pelos Senhores Deputados
Nelson Vasconcellos e Francisco Escorsin.*

As quatorze horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruiel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (57) Em licença o Deputado Nilso Sguarezi. (01)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Não havendo expediente a ser lido, Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 55/84, que assegura a incorporação aos proventos de que trata o art. 2.º da Lei n.º 7.507, de 15.10.81, aos Professores que tenham recebido gratificação de Regência de Classe durante três períodos letivos consecutivos, na forma que especifica. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 19, de 12 de novembro de 1984).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 163/84, (Mensagem n.º 124/84) que objetiva estabelecer em consonância com a Legislação Federal pertinente, normas para fixação e cobrança de remuneração devida à Junta Comercial do Paraná, pela execução dos serviços do Registro do Comércio, na forma que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 193/84, que declara de utilidade pública a “FUNDAÇÃO SANTO ANTONIO”, com sede e foro na cidade de Campo Largo. — **Aprovado.** — (Publicado no D.A. n.º 75, de 20 de agosto de 1984).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 197/84, que declara de utilidade pública a “MITRA ARQUIDIOCESANA DE LONDRINA”, com sede e foro na cidade de Londrina. —

Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 77, de 22 de agosto de 1984).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 200/84, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO PARANÁ”, com sede e foro na cidade de Londrina. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 77, de 22 de agosto de 1984).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 204/84, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS SURDOS E MUDOS”, com sede e foro na cidade de Umuarama. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 80, de 07 de novembro de 1984).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 228/84, (Mensagem n.º 168/84) que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Planaltina do Paraná, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído da data n.º 11, da quadra n.º 110, com 755,00m², situada no referido Município, adquirido pelo Estado, conforme matrícula n.º 3.378, de 1.º-03-82, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Izabel do Ivaí. — **Aprovado.** — (Publicado no D.A. n.º 84, de 03 de setembro de 1984).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 288/84. (Mensagem n.º 225/84), que visa obter autorização para abertura de um Crédito Adicional até o limite de Cr\$ 8.875.452.000 (oito bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil cruzeiros), destinados a atender despesas com Custeio e Capital, do Tribunal de Justiça no corrente exercício. **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 288/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a abrir um Crédito Adicional até o limite de Cr\$ 8.875.452.000 (oito bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil cruzeiros) no vigente orçamento do Tribunal de Justiça, destinados a cobrir despesas com Custeio e Capital.

Art. 2.º — Servirá como recurso para a cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior o estabelecido no item II, § 1.º, artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de março de 1964. —

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1984.
(a) GILBERTO CARVALHO — Presidente e Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 302/84, (Mensagem n.º 226/84, que altera o orçamento do Departamento Estadual de Transporte Oficial, no valor de Cr\$ 260.000.000 (duzentos e sessenta milhões de cruzeiros), destinados a cobrir despesas com outros custeios. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 311/84, (Mensagem n.º 230/84), que altera o orçamento da EMOPAR, até o limite de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), com objetivo de dar respaldo legal para ampliação dos serviços da empresa, com vista as obras do PRORURAL, armazém de Palmas, Anexo ao Plenário da Assembléia Legislativa

e outras. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 314/84, (Mensagem n.º 231/84), que visa obter autorização para abertura de um Crédito Adicional até o limite de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas com custeio e capital do tribunal de Alçada, no corrente exercício.

Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 315/84, (Mensagem n.º 229/84) que altera os orçamentos das Fundações Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de Paranaguá e Universidade Estadual de Ponta Grossa, nos valores de Cr\$ 82.000.000 (oitenta e dois milhões de cruzeiros) e Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros), respectivamente

Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 316/84, (Mensagem n.º 232/84) que altera os orçamentos atuais da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, em Cr\$ 78.000.000 (setenta e oito milhões de cruzeiros) e da Fundação

Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana em Cr\$ 13.000.000 (treze milhões de cruzeiros), para fins que especifica.

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Ordinária para quinta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA :

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 51, 232, 239, 242 e 250/84.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 222/84.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 308/84.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 281 e 334/84 e do Projeto de Lei Complementar n.º 331/84.

Levanta-se a sessão.